

ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES DA ÁFRICA DO SUL E DO BRASIL: SIMILARIDADES E DIVERGÊNCIAS

ALLIS DE PAULA DE MATTOS (UTFPR)

allisp.mattos@gmail.com

LETICIA DE MATHEUS (UTFPR)

leticiadematheus@outlook.com

Bruno Pedroso (UEPG)

brunops3@brturbo.com.br

Luiz Alberto Pilatti (UTFPR)

lapilatti@utfpr.edu.br

Claudia Tania Picinin (UTFPR)

claudiapicinin@utfpr.edu.br



A educação é um dos principais pilares que sustentam o desenvolvimento de um país. O presente estudo teve como objetivo evidenciar as similaridades no sistema educacional superior dos países da África do Sul e do Brasil, países pertencentes ao BRICS e, de maneira adicional, evidenciar quais medidas o governo de cada país está tomando para aperfeiçoar o acesso à educação superior. Através de uma revisão de trabalhos recentes publicados nas bases de dados Scopus e Scielo, foi possível estabelecer as circunstâncias que culminaram em um quadro de atraso educacional de tais países. Por conseguinte, foram identificadas as principais políticas públicas que estão sendo adotadas para incentivar o aumento do número de ingressos nas universidades. Brasil e África do Sul enfrentam

dificuldades advindas de seu contexto histórico, cultural e político, acarretando em atrasos nas esferas sociais e econômicas, que interferem em seu nível de desenvolvimento educacional. O Brasil instituiu políticas de incentivo e financiamento estudantil, como a Lei das Cotas, Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e Programa Universidade para Todos (PROUNI). A África do Sul busca reverter o legado segregacionista do apartheid por meio da elaboração de documentos e reformulação das políticas nas instituições de ensino. Apesar de incentivos dos governos sul-africano e brasileiro, bem como do crescente número de universidades particulares, conclui-se que há uma carência no sistema educacional superior de ambas as nações que as impedem de atingir níveis de excelência.

Palavras-chave: Educação superior, África do Sul, Brasil, Políticas Públicas,

BRICS

1. Introdução

Em 2001, a elaboração de um relatório de autoria do economista-chefe da *Goldman Sachs*, Jim O'Neill, intitulado *Bulding Better Global Economic*, fundamentou a constituição de um bloco econômico denominado BRIC (SILVA, 2013).

Tal estudo "analisava as perspectivas de crescimento econômico do Brasil, Rússia, Índia e China. O tema teve como base dois elementos: o ritmo de crescimento econômico de cada país estudado e a grande população" (SILVA, 2013, p. 26). Os países que formavam o bloco BRIC, inicialmente, eram Brasil, Rússia, Índia e China. A África do Sul passou a integrar o grupo em 2011 (RENSBURG et al., 2015), quando a sigla foi alterada para BRICS.

Considerando que a educação é um dos fatores decisivos para a formação da competitividade global, os governantes dos países participantes desse bloco econômico assumiram-na como sua principal estratégia de desenvolvimento. Visando a criação de instituições de educação superior e institutos de pesquisa cada vez mais competitivos, alocaram investimentos consideráveis nessa área (ZHILTSOVA; AGIBALOVA; STUKALOVA, 2015).

A crescente aspiração pelo ensino superior obriga os governos a administrar os custos de funcionamento desse sistema, as respostas de cada país variam de acordo com sua história, cultura e regime político (SCHWARTZMAN, 2015).

O Governo de países em desenvolvimento, como o Brasil e a África do Sul, reconhecem que devesse aperfeiçoar a qualidade do ensino, bem como expandir sua abrangência a população. Para atingir tal objetivo diversas políticas públicas vêm sendo implementadas nessa área.

A partir desse contexto, este estudo visa evidenciar as similaridades no sistema educacional superior da África do Sul e do Brasil, e, de maneira adicional, evidenciar quais medidas o governo de cada país está tomando para aperfeiçoar o acesso à educação superior.

2. Contexto histórico do Brasil e da África do Sul

2.1 Brasil

A colonização do Brasil pelos portugueses compreendeu-se entre os séculos XVI e XIX, caracterizada por uma sociedade latifundiária, escravocrata e aristocrática, que não necessitava de pessoas com conhecimento na leitura e escrita (RIBEIRO, 1993).

No ano de 1549 os jesuítas chegaram ao Brasil e começaram a desenvolver um trabalho de catequização. Isso assegurava a conversão dos indígenas a fé católica e sua passividade aos senhores brancos (RIBEIRO, 1993).

No ano de 1920, foi implantado de forma definitiva no Brasil, a educação superior, com a instalação da Universidade do Rio de Janeiro, e em 1937, transformada em Universidade do Brasil (AMARAL, 2016).

Segundo Schwartzman (2015, p. 80) "Em 1950, 57% da população com cinco anos ou mais era analfabeta". No ano de 1960 "menos de 2% da população entre a faixa etária de 20 e 24 anos estava matriculada em instituições de ensino superior; em 1970 esse índice passou para 5,2% e em 1975 alcançou o surpreendente índice de 11%" (COSTA et al., 2011, p. 62). Essa procura foi motivada pelo sentimento e necessidade de crescimento pessoal que surgia na vida dos brasileiros, pois o mercado neste país começava a ficar cada vez mais competitivo (COSTA et al., 2011).

No estado de São Paulo, como exemplo, o qual concentrava a maior parte da riqueza gerada pela plantação de café e a crescente instalação de indústrias, foram criadas suas próprias escolas, como a de Engenharia (SCHWARTZMAN, 2015).

O Brasil, a partir de 1990, teve uma expansão no acesso à educação fundamental, média e superior e um aumento na diversificação (negros, pessoas de baixa renda e indígenas) no ensino superior. Porém, o ingresso de jovens de um modo geral é restrito se comparado com outros países (PICANÇO, 2015). Resultando em um conjunto de políticas públicas e programas sociais, como o Programa Universidade Para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Apesar de no Brasil haver IES (Instituições de Ensino Superior) públicas, essas apresentam grande concorrência, de forma a permitir o ingresso apenas daqueles que obtêm as melhores notas no exame de vestibular (prova de caráter classificatório), dentro de um número limitado de vagas. As IES particulares, apesar de oferecerem o mesmo número de vagas que as instituições públicas, têm mensalidades que nem todos os brasileiros possuem condições de custear.

Proposto originalmente pela medida provisória nº1.865-4 de 1999, o FIES é “um programa do MEC destinado a financiar prioritariamente estudantes de cursos de graduação matriculados em instituições privadas. O Plano Nacional de Educação (PNE) amplia o FIES à pós-graduação” (MANCEBO et al., 2015, p. 37).

Foi ao final do século XX “que as primeiras demandas de políticas pela adoção de programas e sistemas de inclusão social para os grupos de cor nas universidades emergem dentro de um contexto nacional” (PICANÇO, 2015, p. 152). As cotas raciais ganharam repercussão na mídia neste período, e isso “provocou grandes polêmicas, principalmente, a partir dos anos 1990, quando se tornou motivo para debates acalorados e contestações, sobretudo, quanto ao seu fundamento legal” (BARROS, 2015, p. 377).

O PROUNI criado em 2004 pelo governo federal, oferece bolsas de estudos integrais e parciais em IES privadas para estudantes oriundos de escolas públicas. Os candidatos que desejam se beneficiar do programa, são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Já o REUNI, conforme o portal do MEC (Ministério da Educação), objetiva ampliar o acesso e a permanência do estudante no ensino superior.

O número de estudantes matriculados nas IES anualmente apresenta crescimento, em consequência da implementação de políticas públicas voltadas a incentivar o ingresso de estudantes, atendendo a diferentes classes sociais e origens (NIEROTKA; TREVISOL, 2016). Dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) de 2014 mostram que foram realizadas 7.828.013 matrículas no ensino superior, entre IES públicas, privadas e a distância. Porém, o número de concluintes para esse mesmo ano é de

1.027.092 alunos. A tendência é que esses números a cada ano aumentem, em consequência das políticas públicas implementadas no país.

2.2 África do Sul

A África do Sul passou por um período de colonização predominantemente europeia, entre os séculos XVII e XVIII, composta em sua maioria por Holandeses, Franceses e Alemães. Tais colonizadores utilizaram-se de um preceito religioso cristão que determinava a segregação como uma forma de proteger as populações nativas da influência dos colonizadores brancos, e transformaram em uma ideologia que difundia a separação racial (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, 2016).

A partir desse ponto, diversos acontecimentos contribuíram para a marginalização da população negra, dentre os quais elenca-se a eleição do Partido Nacional da África do Sul, a criação de leis denominadas *Pass Laws* que tinham como objetivo controlar o movimento da população negra, garantindo que não saíssem das fazendas dos brancos, entre outras. Esse regime de segregação social foi denominado *apartheid* e vigorou entre os anos de 1948 a 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional da África do Sul. Foi um sistema constitucional que contemplou tanto as esferas sociais quanto econômicas e políticas (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, 2016), estabelecendo critérios que favoreciam os brancos nos mais variados aspectos.

Com a concepção da Lei de Educação Bantu, em 1953, o governo sul-africano criou o Departamento da Educação Negra, que possibilitou a formação de instituições de ensino segregadas para negros, limitando o ingresso de não brancos em universidades tradicionais (SCHWARTZMAN, 2015).

Enquanto as instituições de ensino destinadas a brancos possuíam uma excelente infraestrutura, financiamento adequado e capacidade de ensino e pesquisa, instituições destinadas a negros localizavam-se em áreas subdesenvolvidas, empobrecidas e com pouca infraestrutura econômica para apoiar o desenvolvimento e expansão universitária (JANSEN, 2003).

Com a eleição de Mandela e o fim do *apartheid* em 1994, o governo passou de autoritário a democrático. Leis como da Educação Bantu foram revogadas e medidas para ampliar o acesso à educação de qualidade para toda a população foram tomadas (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL, 2016).

Segundo Thaver (2009), ainda há uma migração massiva de negros saindo de instituições tradicionalmente brancas, devido à crença de que a raça é um critério para adentrar em tais instituições, e de que a cultura (majoritariamente branca) torna-se uma barreira para os estudantes negros.

Mesmo após tantos anos de transição política, a realidade do país permanece distante de uma visão pós-*apartheid* de um sistema de educação superior democrático, não racial e não sexista. Universidades Sul Africanas lutam para solucionar seu próprio legado advindo do *apartheid* e tornar-se universidades públicas para todos os cidadãos em uma sociedade democrática (SURANSKY, 2014).

Embora a democracia tenha proporcionado uma liberdade política e melhoria de vida, a grande maioria da população ainda passa por dificuldades similares à época colonial (COX; JOHN, 2016). Ainda há um longo caminho a ser percorrido a fim de erradicar as raízes do *apartheid* que resistiram às mudanças e permanecem no cerne das instituições de ensino.

3. METODOLOGIA

A classificação desta pesquisa encontra-se na Tabela 1.

Tabela 1- Classificação da pesquisa

| Classificação | Enquadramento |
|-----------------------------------|---------------|
| Quanto a natureza | Aplicada |
| Quanto a abordagem | Qualitativa |
| Quanto aos objetivos | Exploratória |
| Quanto aos procedimentos técnicos | Bibliográfica |

Fonte: Elaboração própria (2017)

A pesquisa classifica-se como aplicada, pois a partir de estudos já publicados, pretende-se “gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigidos a solução de problemas específicos” (SILVEIRA; GERHARDT, 2009, p. 35).

Quanto à forma de abordagem, classifica-se como qualitativa, uma pesquisa qualitativa é uma ciência baseada em textos, ou seja, uma coleta e análise de dados a fim de produzir outro projeto.

Quanto aos objetivos, classifica-se como exploratória. Na presente pesquisa buscou-se esclarecer as características históricas da África do Sul e do Brasil, salientando o modo como tais acontecimentos históricos influenciaram no desenvolvimento da educação a nível superior.

Quanto aos procedimentos é uma pesquisa bibliográfica, pois foi elaborada a partir de dados coletados das bases de dados *Scopus* e *Scielo*, do portal eletrônico do Conselho de Educação Superior da África do Sul, Embaixada da República Sul Africana, do *site* do Governo Sul Africano e do portal do INEP.

Na base de dados *Scielo*, o campo da pesquisa de periódicos teve como conjunto de palavras-chave em português “Educação superior” e “Brasil”, visando buscar estudos voltados para os aspectos sociais. Sendo assim, a busca foi limitada em estudos na área de Ciências Sociais Aplicadas.

Tabela 2- Número de trabalhos encontrados e utilizados da base de dados *Scielo*

| Conjuntos de palavras | Número de trabalhos encontrados | Número de trabalhos utilizados | Autores utilizados |
|----------------------------|---------------------------------|--------------------------------|---|
| Educação Superior e Brasil | 56 | 4 | Mancebo; Vale; Martins (2015); Picanço (2015). Barros (2015). Nierotka; Trevisol (2016). |

Fonte: Elaboração própria (2017).

Na base de dados *Scopus*, na aba intitulada "*documents*", foram utilizados os seguintes conjuntos de palavras chave em inglês "*higher education AND South Africa*", "*higher*

education AND Brazil", "*higher education AND BRICS*", todos com o filtro "*Article title, Abstract, Keywords*" ativado. Na aba "*limit*", "*data range*", com a opção "*published*" demarcada selecionou-se trabalhos referente aos anos de 2005 a 2017. Em "*refine results*", foram delimitadas as buscas na área de pesquisa "*social sciences*", pois buscou-se encontrar os aspectos sociais e políticos relacionados à educação de cada um dos países.

Tabela 3- Número de trabalhos encontrados e utilizados da base de dados *Scopus*

| Conjuntos de palavras | de | Número de trabalhos encontrados | Número de trabalhos utilizados | de | Autores utilizados |
|--|----|---------------------------------|--------------------------------|----|--|
| <i>Higher education AND South Africa</i> | | 1.329 | 6 | | Thaver (2009). Badat (2009). Suransky (2014). Badat (2015). Cox; John (2016). Carolissen; Bozalek (2016). |
| <i>Higher education AND Brazil</i> | | 797 | 2 | | Costa; Costa; Melo (2011). Schwartzman (2015). |
| <i>Higher education AND BRICS</i> | | 14 | 3 | | Amaral (2016). Rensburg; Motala; David (2015). Schwartzman (2015). |

Fonte: Elaboração própria (2017).

No site do Conselho de Educação Superior da África do Sul na caixa "*Search the CHE site*" buscou-se pelo documento com o documento "*South African Higher Education in the First Decade of Democracy*", encontrou-se 12 resultados, entre os quais, o documento supramencionado. No site da *University of Pretoria*, no quadro intitulado "*Buscar Dspace*" procurou-se pelo documento "*Mergers in South African higher education: theorising change in transitional contexts*", encontrou-se 10 documentos disponíveis, entre os quais, o título supramencionado na busca.

No site da Embaixada da República da África do Sul foram consultados os marcos históricos e políticos do país. No site do Governo Sul Africano na seção "*documents*" selecionou-se a subseção "*white papers*", encontrou-se o documento intitulado "*Programme for the Transformation on Higher Education: Education White Paper 3*" disponível.

No site da UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), na caixa intitulada "*Your query*" procurou-se pelo título "BRICS construir a educação para o futuro", e encontrou-se o documento. No site do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) foram coletados os dados sobre o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) mundial. No portal do INEP, coletaram-se os dados referentes ao Ensino Superior no Brasil entre os anos 2000 e 2014. O portal do MEC foi consultado para coletar definições do REUNI.

4. Resultados e discussões

4.1 Políticas adotadas pelo governo para ampliar o acesso à educação superior no Brasil

As universidades no Brasil passaram por distintos períodos. Um dos marcos relevantes foi a criação do vestibular como critério de seleção para o ingresso nestas instituições (SCHWARTZMAN, 2015).

O número de matrículas na educação superior no Brasil nos anos de 1995 até a atualidade teve um acréscimo (incluindo educação presencial e a distância), passando de 1.759.703 em 1995 (MANCEBO et al., 2015), para 7.828.013 em 2014 (INEP, 2014).

Apesar dos programas que o governo vem desenvolvendo, o aumento de matrículas no ensino superior nas instituições públicas tem sido preenchido pelo os estudantes de maior renda com formação em escolas privadas, pois os filhos de pessoas com baixa renda estudam em escolas públicas até o término da educação básica e, ao se depararem com a dificuldade e a concorrência para ingressar em uma universidade pública, buscam as IES privadas (NIEROTKA; TREVISOL, 2015).

Indicativos mostram que as famílias estão com dificuldades em financiar os estudos de seus jovens, pois, apesar do ensino ser gratuito nas IES públicas há gastos com transporte, alimentação, aquisição de material, vida cultural, moradia, entre outros custos (AMARAL, 2016).

Nos anos recentes, o acesso ao ensino superior vem se destacando nas discussões entre políticos brasileiros e a sociedade, principalmente no que se refere ao ingresso de jovens de

camadas sociais mais excluídas. Em 1999, o Projeto de Lei (PL nº73/99) submetido ao Congresso Nacional propôs a reserva de 50% das vagas das IES públicas para alunos provenientes de escolas públicas. No entanto, foi em 29 de agosto de 2012 que o projeto de Lei se converteu na Lei das Cotas (Lei nº 12.711). O foco principal da Lei das Cotas é o combate às desigualdades sociais (NIEROTKA; TREVISOL, 2015).

De acordo com dados do Censo de Educação Superior de 2011, das 6.739.689 matrículas realizadas no terceiro grau no Brasil, 1.773.315 (26,3%) realizaram-se em IES públicas e 4.966.374 (73,7%) em IES privadas. A educação no Brasil é altamente privatizada, e mesmo com esse alto índice, esse país fica atrás de países como a Rússia, no quesito de números de jovens matriculados na educação superior (AMARAL, 2016).

As iniciativas dos Governos, como os programas FIES, PROUNI e REUNI, são de extrema importância para o ingresso dos jovens no ensino superior, sendo a educação fator determinante na economia, no desenvolvimento do país e nos indicadores socioeconômicos como o PIB (Produto Interno Bruto) e o IDH, este, que, a cada ano aumenta seu percentual, devido ao maior número de estudantes ingressantes no ensino superior (NIEROTKA; TREVISOL, 2015).

A previsão, segundo a 20ª meta do projeto de Lei 8.305/2010 era aplicar 10% do PIB na educação até 2020. Conforme cita Amaral (2016), se nas próximas décadas for aplicado 10% do PIB na educação, e desses, 2,61% no ensino superior, a educação já estará em um nível mais adequado para tal parcela da população.

Em 2011 apenas 4% do PIB era destinado a educação (AMARAL, 2016). Para atingir as metas propostas no PNE, o ideal é aplicar 10% do PIB na educação (COSTA et al, 2011). No entanto, segundo o ex-ministro da Fazenda, Guido Mantega, se for aplicada tal porcentagem do PIB na educação, haveria a quebra do país (LIMA, 2013). O Brasil precisaria aplicar 33,2% do seu PIB para alcançar o nível de educação dos países mais desenvolvidos do mundo (AMARAL, 2016).

A educação superior no Brasil, mesmo com o avanço das políticas públicas nessa área, ainda é precária e altamente privatizada. Dados de 2015, segundo Schwartzman (2015, p. 281), mostram que “há 6 milhões de estudantes no ensino superior, sendo que 72% estão no setor privado” e isso se deve aos inúmeros subsídios e facilidades que o governo oferece ao ensino privado, “sob a forma de isenções de impostos e financiamento estudantil, como são os casos do FIES e do REUNI, cujo número de bolsas aumenta a cada ano” (MANCEBO et al., 2015, p. 37). Há presente nas IES várias formas de inclusão social, ofertando oportunidade para todos e estimulando a diversidade no meio universitário.

4.2 Políticas adotadas pelo governo para ampliar o acesso à educação superior na África do Sul

Com o fim do *apartheid* e a eleição de Nelson Mandela como presidente da África do Sul, a transição para a democracia começou de maneira gradual. No entanto, mesmo após 22 anos de modificações “desigualdades e injustiças ainda estão profundamente enraizadas no cerne do tecido social do país. Os setores públicos e privados da África do Sul continuam lutando com essa situação e as instituições de ensino superior não são exceção” (SURANSKY, 2014, p. 2).

Até o fim do *apartheid*, em 1994, a África do Sul possuía 21 universidades públicas e 15 escolas técnicas, instituições essas fragmentadas, sendo algumas para brancos, outras para negros e outras para mestiços (SCHWARTZMAN, 2015).

Em 1997, o governo escreveu o Documento Branco 3 da Educação, intitulado Um Programa para a Transformação da Educação Superior (*Programme for the Transformation on Higher Education: Education White Paper 3*). Esse documento inclui as necessidades e desafios a serem superados para uma educação superior unificada. Engloba as propostas para atingir tal objetivo, como a reestruturação e diversificação do ensino superior, capacitação e desenvolvimento de recursos humanos (ÁFRICA DO SUL, 1997), entre outros. Sobretudo aponta para a necessidade das instituições de mudarem sua cultura institucional. No capítulo 1 do Documento, intitulado: desafios, visão e princípios (*Challenges, vision and principles*), tem-se que a transição do *apartheid* para a democracia requer que os valores e práticas das

instituições sejam revistos e repensados para a nova fase do país, já que a educação superior desempenha um papel de grande importância no desenvolvimento econômico, cultural e social de uma nação (ÁFRICA DO SUL, 1997).

Também é advertido que o maior desafio é unir as energias da população para reparar as desigualdades sociais, assim como reformular o sistema educacional para suprir as necessidades mais urgentes do país (ÁFRICA DO SUL, 1997).

Além de tal documento, segundo Thaver (2009), algumas medidas, como renomear edifícios de instituições tradicionalmente brancas com base em símbolos africanos, vêm sendo adotadas. Entretanto há dificuldades, pois os esforços das instituições para promover a equidade são influenciados pelo seu contexto histórico.

Segundo o Conselho de Educação Superior da África do Sul (2010), no período de 1995 a 2002 o número total de graduandos aumentou 24,36%. O número de africanos formandos em 2002 foi 18% maior que o número de brancos, realidade essa muito diferente do primeiro ano pós-*apartheid*, no qual o número de brancos superava em 11% o número de negros graduandos.

Em 1995, a expectativa oficial era de que a participação da população em idade educacional de nível superior (18 a 24 anos) atingisse 30% até 2005, mas em 2012 essa taxa era de apenas 17,7% (SCHWARTZMAN, 2015), 12,3% menor que o previsto.

O PIB da África do Sul, em 2011, foi de 555 bilhões de dólares, mas apenas 5,4% desse montante foi aplicado em educação. Considerando-se que 41,2% de todos os cidadãos sul-africanos está em idade educacional de nível superior (18 a 24 anos), seria necessário aplicar cerca de 28,6% do PIB para equiparar ao investimento em ensino dos países mais ricos do mundo (AMARAL, 2016).

Em 1999, a África do Sul destinou cerca de 0,6% do PIB para educação. Em 2012, esse índice passou para 6,6% (UNESCO, 2014), 22% menor do que o ideal para igualar a qualidade de seu sistema educacional ao dos países mais desenvolvidos do mundo.

Em 2014, a África do Sul apresentava um IDH de 0,666, ou seja, um IDH médio, ocupando a posição de número 166 no *ranking* mundial (PNUD, 2015). Desde os tempos do regime segregacionista a participação da população nas instituições de nível superior aumentou, mas avanços são menores do que os esperados. Segundo Badat (2009), a composição do meio acadêmico continua predominantemente branca, a cultura das instituições segue regida por tradições históricas, e a democratização da produção acadêmica é escassa.

Apesar da segregação formal ter culminado em um fim, há uma segregação informal dentro das instituições de ensino superior sul-africanas (CAROLISSEN; BOZALEK, 2016), existem diversas razões para a falta de transformação no campo da desigualdade, acredita-se que a permanência de culturas relacionadas ao *apartheid* é um fator negativo de grande influência no processo de mudança (SURANSKY, 2014). Ainda que a Constituição Sul Africana se concentre em reparar o legado do *apartheid*, existe um longo caminho a ser percorrido a fim de que a segregação, nas mais variadas esferas, chegue ao fim.

4.3 Comparação entre as políticas adotadas pelo governo da África do Sul e do Brasil para ampliar o acesso à educação superior

A Tabela 4 apresenta uma comparação entre as políticas adotadas pelo governo da África do Sul e do Brasil para ampliar o acesso à educação superior.

Tabela 4 - Comparação entre as políticas do Brasil e da África do Sul adotadas pelo governo para ampliar o acesso à educação superior

| Categorias | Brasil | África do Sul |
|--------------------------------------|---|---|
| Colonização | Portuguesa | Predominantemente Europeia, composta por Holandeses, Franceses e Alemães. |
| Principais políticas | <ol style="list-style-type: none"> 1. Criação do vestibular no início do séc. XX; 2. FIES; 3. PROUNI; 4. REUNI; 5. Lei das Cotas. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Unificação, após o <i>apartheid</i>, das universidades sob uma mesma jurisdição; 2. Criação do Programa para a Transformação da Educação Superior; 3. Renomeação de instituições tradicionalmente brancas com base em símbolos Africanos; 4. Incentivo para que negros adentrem instituições de ensino antes majoritariamente brancas; 5. Reformulação das culturas institucionais. |
| Características da Educação Superior | <ol style="list-style-type: none"> 1. Maioria são instituições privadas; 2. Instituições públicas com a Lei das Cotas e Inclusão social estão matriculando mais alunos negros e indígenas. 3. Universidades Particulares estão recebendo maior número de alunos com baixa renda devido aos Programas que o Governo vem implementando. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Maioria composta por universidades particulares; 2. Aumento no Número de negros ingressantes e graduados; 3. Legado do <i>apartheid</i> ainda tem influência dentro das instituições. 4. Participação da população é menor que a esperada; 5. Desigualdades raciais ainda permanecem nas instituições. |
| Características da Economia | <ol style="list-style-type: none"> 1. Economia emergente; 2. Entre os cinco países pertencentes ao BRICS, desde 2011 a 2015 o Brasil vem oscilando entre a 3^o e a 4^o posição em termos de PIB; 3. Em 2014 ocupava a 75^o posição relacionado ao IDH Global com um índice de 0,755, pertencente ao grupo de "Alto Desenvolvimento Humano"; 4. Com relação aos BRICS está em 2^o lugar, atrás apenas da Rússia. | <ol style="list-style-type: none"> 1. Economia emergente; 2. Entre os BRICS, em 2011, ocupava a última posição em termos de PIB; 3. Em 1999 a África do Sul destinou cerca de 0,6% do PIB para educação, em 2012 esse índice passou para 6,6%; 4. Em 2014 o país ocupava a 166^a posição no <i>ranking</i> mundial de IDH, caracterizando um índice de desenvolvimento humano médio; 5. Possui o menor IDH dentre os países pertencentes ao BRICS. |

Fonte: Elaboração própria (2017).

É possível notar, por meio de uma análise da Tabela 4, que ambos os países apresentam características comuns. Passaram por períodos de colonização europeia, são membros de um mesmo bloco econômico e apresentam uma economia em crescimento, porém ambos enfrentam adversidades em seu sistema educacional.

Carecem de investimentos e mudanças no sistema educacional superior. Os respectivos governos vêm adotando algumas políticas para reverter o atraso educacional, enquanto a África do Sul concentra-se, principalmente, em repara o legado segregacionista do *apartheid* o governo Brasileiro implementou diversas políticas públicas para incentivar e facilitar o acesso a educação superior.

5. Conclusão

A educação é o princípio básico para o desenvolvimento de um país (PICININ, 2012). É através dela que se qualificam pessoas, para que estas possam aplicar os conhecimentos adquiridos no mercado de trabalho. Este trabalho teve como objetivo evidenciar as similaridades no sistema educacional superior da África do Sul e do Brasil, e, de maneira adicional, evidenciar quais medidas o governo de cada país está tomando para aperfeiçoar o acesso à educação superior.

A partir do final do século XX, após anos de lutas sociais, países como a África do Sul e Brasil têm apresentado uma melhora no nível educacional. Ambos possuem altos índices de desigualdade social e apesar de serem economias em crescimento, estes países, apresentam baixos índices de matriculados e concluintes no ensino superior. Esse agravo deve-se, principalmente, ao contexto histórico pelo qual cada país passou. O governo de ambas as nações, ao notar essa falha na educação, tem implementado políticas públicas para acolher estudantes de camadas sociais mais excluídas, ampliando o acesso à educação.

No Brasil, programas como o FIES, PROUNI e a Lei das Cotas, têm dado a oportunidade aos jovens de baixa renda em ingressarem no ensino superior. Na África do Sul não existem políticas como a Lei de Cotas, nem mesmo programas de financiamento estudantil. Porém, a

maior preocupação do governo é incentivar a diversidade racial nas universidades, visando reparar o legado segregacionista do *apartheid*.

Ambos os países carecem de grandes investimentos financeiros para equiparar seu sistema educacional de nível superior ao de países mais desenvolvidos. Há necessidade de melhoria na infraestrutura das instituições já existentes, aumento do número de instituições, ampliação do acesso a estas, entre outras.

A sugestão para futuros trabalhos seria a inclusão da Rússia, China e Índia (demais países pertencentes ao bloco econômico do BRICS) no quadro comparativo ao que tange a educação superior e políticas públicas adotadas em cada país.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Nelson Cardoso. (2016). **A educação superior brasileira: dilemas, desafios e comparações com os países da OCDE e BRICS**. *Revista Brasileira de Educação*, V.21, p.717-736. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S14134782016000300717&script=sci_abstract&lng=p>. Acesso em: 18 jan. 2017.

BADAT, Saleem. (2015). **Institutional Combinations and the Creation of a New Higher Education Institutional Landscape in Post-1994 South Africa**. *Mergers and Alliances in Higher Education*, p. 175-211.

New York City: Springer International Publishing. Disponível em:

<https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F978-3-319-13135-1_9>. Acesso em: 30 jan. 2017.

BADAT, Saleem. (2009). **Theorising institutional change: post-1994 South African higher education**.

Studies in Higher Education: Routledge. Disponível em:

<<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03075070902772026>>. Acesso em: 06 fev. 2017.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. (2015). **Expansão da Educação Superior no Brasil: Limites e**

Possibilidades. *Educação Social*. V.36, p.361-390. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v36n131/1678-4626-es-36-131-00361.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

CAROLISSEN, Ronelle., BOZALEK, Vivienne. (2016). **Addressing dualisms in student perceptions of a**

historically white and black university in South Africa. *Race Ethnicity and Education*: Routledge. Disponível

em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13613324.2016.1260229>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

COSTA, Alexandre Marino., COSTA, Danilo de Melo., MELO, Pedro Antônio. (2011). **Retroalimentação da educação superior no Brasil**. *Pretexto*, V.12, p.61-84. Disponível em:

<<http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/viewFile/666/573>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

CONSELHO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DA ÁFRICA DO SUL. 2010. **Report on the National Review of Academic and Professional Programmes in Education**. Disponível em:

<http://www.che.ac.za/sites/default/files/publications/Higher_Education_Monitor_11.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2017.

COX, Amanda., John, VAUGHN. (2016). **Transformative Learning in Postapartheid South Africa: Disruption, Dilemma, and Direction**. *Adult Education Quarterly*. Disponível em:

<<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0741713616648376>>. Acesso em: 13 fev. 2017.

Embaixada da República da África do Sul (2016). Disponível em: <<http://www.africadosul.org.br/historia>>. Acesso em: 03 fev. 2017.

GERHARDT, Tatiana Engel., SILVEIRA, Denise Tolfo. (2009). **Métodos de pesquisa: coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Disponível em:

<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

GOVERNO SUL AFRICANO. (1997). **Programme for the Transformation on Higher Education: Education White Paper 3**. Disponível em: <<http://www.gov.za/documents/programme-transformation-higher-education-education-white-paper-3-0>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

IBGE (2015). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94414.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

INEP (2015). Disponível em:

<http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2015/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2014.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2017.

INEP. (2011). Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>.

JANSEN, Jonathan. (2003). **Mergers in South African higher education: theorising change in transitional contexts**. p. 27-51. Disponível em: <<http://repository.up.ac.za/handle/2263/118>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

JANUZZI, Paulo de Martino. (2002). **Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais**. *RAP*. Disponível em:

<Bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/download/6427/5011>. Acesso em: 17 fev. 2017.

LIMA, Paulo Gomes. (2013). **Políticas de educação superior no Brasil na primeira década do século 21:**

Alguns cenários e leituras. Avaliação (Campinas), V.18 p.85-105. Disponível em

:<<http://www.scielo.br/pdf/aval/v18n1/06.pdf>;>. Acesso em: 26 dez. 2016

MANCEBO, Deise., VALE, Andrea Araújo., MARTIN, Tânia Barbosa. (2015) **Políticas de expansão da educação superior no Brasil 1995 -2010.** Revista Brasileira de Educação, V.20, p. 31-50. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v20n60/1413-2478-rbedu-20-60-0031.pdf>>. Acesso em: 11 fev. 2017.

MENDES, Gilmar., ROMERO, Mario Pelegrini. (2002). **Economia Empresarial.** Curitiba: Gazeta Do Povo.

Disponível em:< http://www.cairu.br/biblioteca/arquivos/Administracao/Economia_Empresarial_FAE.pdf>.

Acesso em: 30 jan. 2017.

NCES. (2007). Disponível em: < https://nces.ed.gov/programs/digest/d10/tables/dt10_406.asp >. Acesso em: 05 fev. 2017.

NIEROTKA, Rosileia Lucia; TREVISOL, Joviles Vitorio. (2016). **Os jovens das camadas populares na universidade pública: acesso e permanência.** V.19, p.22-32. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/40150/31961>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

PICANÇO, Felícia. (2015). **Juventude por cor e renda no acesso ao ensino superior: Somando desvantagens, multiplicando desigualdades.** RBCS. V.30, p. 145-180. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v30n88/0102-6909-rbcsoc-30-88-0145.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

PICININ, Claudia Tania., PILATTI, Luiz Alberto., KOVALESKI, João Luiz., PEDROSO, Bruno.,

CARVALHO, Andrielle de Prá. (2012). **Trajetória da pós-graduação e do fomento à pesquisa no Brasil.**

Espacios. V.33. Disponível em:< <http://www.revistaespacios.com/a12v33n08/12330811.html>>. Acesso em: 01

mar. 2017.

Portal Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (2010). Disponível em

<<http://reuni.mec.gov.br/o-que-e-o-reuni>>. Acesso em: 12 fev. 2017.

RENSBURG, Ithron., MOTALA., Shireen., DAVID, Solomon Arulraj. (2015). **Learning mobility and internationalization of higher education: economic and policy implications for BRICS nations.**

International Journal of Education Economics and Development: InderScience. Disponível em:

<<http://www.inderscience.com/offer.php?id=73164>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. (1993). **História da Educação escolar no Brasil: notas para uma reflexão**

Paideia. FFCLRP-USP, V.4, p.15-30. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010363X1993000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 23 jan. 2017.

- SCHWARTZMAN, Simon. (2015). **Demanda e Políticas Públicas para o Ensino Superior nos BRICS**. Caderno CRH, V.28, p.267-289. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01039792015000200267&lng=pt&nrm=iso&tlng=em>. Acesso em: 05 jan. 2017.
- SILVA, Rodrigo Cassio Marinho da (2013). **Os BRICS: Considerações sobre os novos atores globais no século XXI**. Florianópolis: RARI. V.1. Disponível em: <<http://rari.ufsc.br/files/2013/07/RARI-Artigo-21.pdf>>. Acesso em: 18 jan. 2017.
- SURANSKY, Caroline., VAN DER MERWE, J. C (2014). **Transcending apartheid in higher education: transforming an institutional culture**. Race Ethnicity and Education: Routledge. V.19. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13613324.2014.946487>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- THAVER, Beverley. (2009). **Transforming the culture of higher education in South Africa**. American Association of University Professors. Disponível em: <<https://www.aaup.org/article/transforming-culture-higher-education-south-africa#.WEMcC7nghH>>. Acesso em: 29 jan. 2017.
- The Council on Higher Education**. (2004). **South African Higher Education in the First Decade of Democracy**. Disponível em: <http://www.che.ac.za/sites/default/files/publications/SA_HE_10years_Nov2004.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2016.
- UNDP (2015). Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/content/human-development-index-hdi>>. Acesso em: 25 fev. 2017.
- UNESCO. (2014). **BRICS Construir a educação para o futuro**. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/en/unesco/resources/online-materials/publications/unesdoc-database/>>. Acesso em: 20 jan. 2017.
- ZHILTSOVA, Svetlana Vladimirovna. AGIBALOVA, Elena Leonidovna ; STUKALOVA, Irina Borisovna . (2015). **Education as a competitive differentiator of the BRICS countries**. Journal of Advanced Research in Law and Economics: ASERS. V.6. Disponível em:< [https://doi.org/10.14505/jarle.v.6.1\(11\).23](https://doi.org/10.14505/jarle.v.6.1(11).23)>. Acesso em: 11 jan. 2017.